



Salvem a Democracia.

Não precisamos salvar a democracia do populismo extremista

O grande mantra apregoado amplamente pelo sistema político a fim de manter a sua estrutura de poder tem sido: “Precisamos salvar a democracia”. O engodo é simples, fazer acreditar que a democracia está em risco pelo crescimento do “populismo autoritário”, cuja principal bandeira seria a liberdade de expressão. Em face do crescimento desse “populismo de extrema direita” às então “forças democráticas” têm de se unir a fim de preservar as conquistas civilizacionais da sociedade. Trata-se de um dever ético e de uma questão humanitária.

Pois bem, essa é a nova narrativa política que se estende do cambaleante chanceler alemão Olaf Scholz até a Excelsa corte brasileira, passando por Macron, Trudeau, Lula e Kamala com um único objetivo: Implantar um sistema jurídico corrompido denominado por Ditadura Constitucional, ou que Kant chamou de Constituição despótica. Trata-se da suspensão de Estatutos Jurídicos consagrados para salvaguardar a própria ordem constitucional, uma contradição de termos suspender a Constituição para salvar a Constituição, a criação de um estado de exceção propositado sem assim chamá-lo - a fim de produzir o que

Agamben chamou de estado kenomático ou vazio de direito.

O fim político desse estado de coisas visa - por meio da utilização do estado de exceção como paradigma de governo - executar uma guerra civil legal a fim de eliminar adversários políticos específicos e uma categoria inteira de cidadãos que não se integrem à política do pensamento único. Também faz parte desse estado de exceção a implantação de um novo sistema político e econômico, sob a égide do Ambientalismo Totalitário. O que os embaixadores desse sistema não contam é que o nome completo da tal democracia que buscam defender é Democracia Liberal, um sistema que requer um controle prévio das opiniões, pensamentos e manifestações que fluem pela esfera pública, afinal apenas a mídia com seu aparelho de verdades e checagens pode determinar em que o povo deve dizer e pensar condicionando sua vontade e selecionando o que é possível conhecer e opinar. Por isso brotam termos como “discurso de ódio”, “desinformação”, “ataques”, “antidemocráticos”, “negacionistas” etc. Como ensinou a liberal Madame de Stael em 1810, “Discussões sobre palavras são sempre discussões sobre coisas.”

A pretensão dessa Democracia Liberal é tamanha que vivem de uma herança jacobina, capturando a vontade do povo a partir de juízes, intelectuais e políticos, que ao fim e ao cabo, impõe a sua vontade subordinando o povo a eles. São donos da verdade e de uma pretensão de superioridade moral e intelectual agindo motivados para libertar o povo de si mesmo, de seus preconceitos históricos e do risco de sua autodeterminação, imagine você! Constroem uma visão de mundo onde haveria um caminho, uma evolução, linear e inexorável ao futuro guiado pelo pensêe unique ou ao “there is no alternative” de Thatcher, a ideia de que não há mais nenhuma questão a ser debatida ou pensada, é o “Fim da História” do cientista político Francis Fukuyama. Os efeitos dessa democracia liberal foram não somente uma democracia sem povo, sem protagonismo político, sem exercício da vontade popular, sem ação política e transformação social, mas principalmente a substituição de governos políticos em governos técnicos de especialistas que impõe suas preferências como resultado de sua “experiência técnica”. Governantes não-eleitos, um Estado Administrativo-técnico,

a proliferação dos “não políticos democratas” gerindo o Estado a partir da mentalidade técnica e administrativa. Síndicos de uma massa falida.

A Democracia Liberal confiscou o poder político e o entregou a uma elite de gestores que tomam decisões técnicas divorciadas de qualquer objetivo político, uma captura do Estado que se metamorfoseou para um “Estado Terapêutico”, cuja única função é impor, seja pelas políticas educacionais, culturais e, agora, até mesmo, criminais, uma hegemonização mental.

E quando um povo cativo, sem representação de vontade, refém de uma passividade política, se rebela contra as exigências e características de uma democracia liberal que requer opiniões controladas e sistematizadas, é então acusado e desqualificado - apontado como um corpo antidemocrático.

Pessoas reais, gente simples, cidadãos comuns que não veem na falência dessa democracia liberal sua realidade, suas demandas concretas, sua tradição e família considerados ou protegidos pelos confiscadores do Estado.

É válido o conhecido adágio jurídico que “uma democracia protegida”, não é uma democracia, mas um meio para um paradigma constitucional que funciona para uma fase de transição à instalação de um regime totalitário.

A história deveria nos lembrar que foi na presidência de Paul von Hindenburg em que o estado de exceção foi justificado pelo seu papel de “guardião da constituição”, o que resultou na indicação de Adolf Hitler como chanceler, pondo fim à República de Weimar.

A falsa dicotomia, defender a democracia contra o populismo autoritário, só representa a desqualificação de um legítimo projeto político que apenas deseja não depender de comissões de homens sábios para escolher dirigentes, ditar nossa conduta pública e privada, decidir qual a roupa que devemos usar, ou a comida mais adequada para nós e para o mundo.

É um desejo de ser um sujeito político e não apenas objeto de decisões políticas que impactam nossas vidas. É essa a verdadeira escolha política que existe em nossa mesa hoje. Precisamos realmente salvar a democracia, mas das garras da democracia liberal, antes que, nem essa história possamos mais contar.

Por Arthur Pinheiro Machado